

# A transição demográfica e a Janela de Oportunidade

José Eustáquio Diniz Alves



**Instituto Fernand Braudel  
de Economia Mundial**



# A transição demográfica e a janela de oportunidade

José Eustáquio Diniz Alves\*

São Paulo  
2008

---

\* José Eustáquio Diniz Alves é doutor em demografia pelo Cedeplar/UFMG, professor titular da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE – e coordenador da pós-graduação do IBGE. E-Mail: jed\_alves@yahoo.com.br

O mundo está passando por um dos melhores momentos demográficos de toda a história da humanidade. Isso se deve a um dos mais inopinados fenômenos sociais ocorridos na história da racionalidade humana: a transição demográfica. A transição demográfica, de modo geral, começa com a queda das taxas de mortalidade e, depois de um certo tempo, prossegue com a queda das taxas de natalidade, o que provoca uma forte mudança na estrutura etária da pirâmide populacional.

A redução das taxas de mortalidade é uma conquista impar da perfectibilidade humana que começou ainda no século XIX e deixou uma herança positiva, sem igual, no século XX. A esperança de vida média da população mundial, que estava em torno de 30 anos em 1900, ultrapassou os 60 anos no ano 2000. Isso quer dizer que o tempo médio de vida dos habitantes do planeta dobrou em um período de um século, fato que não tem equivalente no passado e, provavelmente, não terá equivalente no futuro. A redução das taxas de mortalidade e o aumento da sobrevida da população, em tais dimensões, é uma conquista que foi além do otimismo dos pensadores iluministas - primeiros autores a definir e estabelecer a noção de progresso. Toda essa caminhada rumo ao alargamento dos horizontes da sobrevivência, que começou com a redução do óbito precoce e a queda da mortalidade infantil, é uma condição *sine qua non* para os investimentos em educação e capital humano, base para o processo de desenvolvimento econômico e da melhoria da qualidade de vida.

São duas as principais explicações para a transição de altos a baixos níveis de mortalidade: uma que realça a melhoria do padrão de vida da população em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas e outra que enfatiza as contribuições da inovação médica, dos programas de saúde pública, do acesso ao saneamento básico e da melhoria da higiene pessoal. Com certeza as duas juntas ajudam a explicar a ausência de crises de mortalidade e desmentem o sombrio princípio de população malthusiano com seus “xeques positivos” e que só considera a possibilidade de equilíbrio homeostático da população via fome, guerras e miséria. Seguindo as visões prescientes do Marquês de Condorcet (1743-1794) e William Godwin (1756-1836), pode-se considerar a transição da mortalidade como um dos elementos basilares do processo civilizatório.

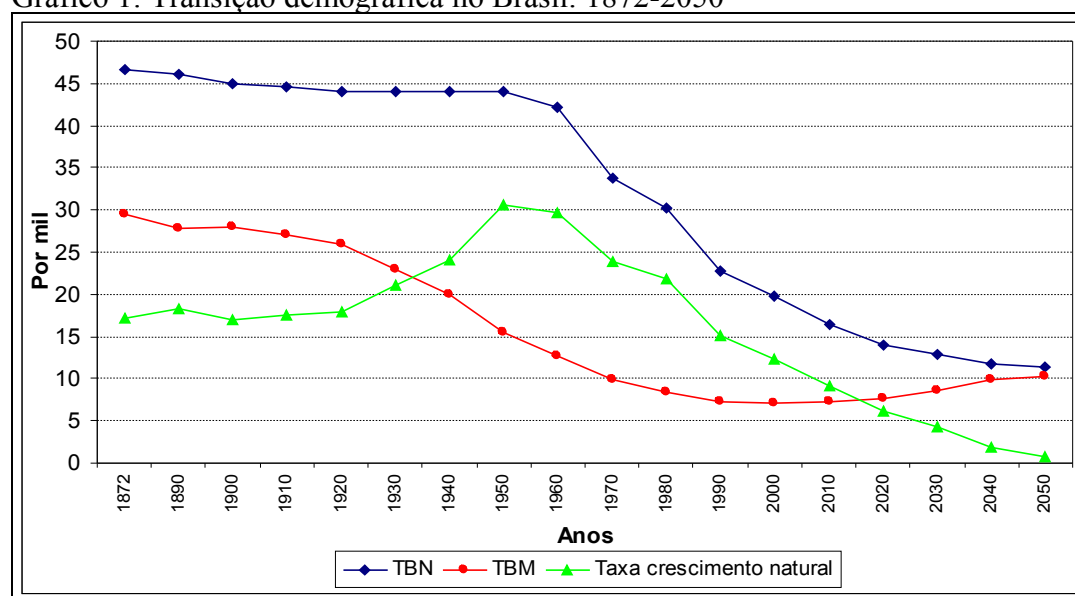
A transição da natalidade é outro elemento essencial do processo civilizatório e do “desencantamento do mundo” - para usar uma expressão chave do pensamento de Max Weber. A redução voluntária da natalidade só pôde acontecer em função de profundas mudanças no comportamento de massas e da perda de influência do fatalismo religioso. Entre as espécies vivas, somente o ser humano aprendeu a limitar sua prole. Adotando um tamanho pequeno de família descobriu a capilaridade social ascendente. E o mais importante, a regulação da fecundidade ocorreu num quadro de aumento da sobrevida e de avanço do bem-estar. Baixas taxas de natalidade não vieram em função da escassez econômica. Ao contrário, na maioria das vezes, não houve coação dos meios de subsistência sobre os casais que decidiram reduzir o número de filhos. De modo geral, a queda da fecundidade ocorreu num ambiente de liberdade de escolha, começando pelas camadas mais afluentes da sociedade. A transição de altos a baixos níveis de natalidade e fecundidade envolve disposições racionais, sendo, ao mesmo tempo, fruto e pré-condição para o efetivo sucesso da modernidade.

Nenhum país do mundo ficou alheio à transição demográfica. Nas regiões mais desenvolvidas a transição de altas para baixas taxas de mortalidade e de natalidade já se

completou e, em alguns casos, as curvas até se inverteram. Nas regiões em desenvolvimento as taxas de mortalidade já atingiram seus patamares mais baixos, mas as taxas de natalidade ainda apresentam uma curva em declínio, necessitando de algumas décadas a mais para se chegar ao ponto de inteseção e crescimento vegetativo zero. Nas regiões muito menos desenvolvidas – especialmente os países ao sul do Saara e alguns países pobres da Ásia – a transição da mortalidade avançou mas a transição da natalidade está em suas fases iniciais e ainda há um longo caminho para se chegar a uma situação de maior equilíbrio em patamares baixos em ambas as taxas.

O Brasil e a América Latina encontram-se em uma fase intermediária da transição demográfica, com efeitos positivos tanto em relação aos países desenvolvidos, quanto em relação aos países muito menos desenvolvidos, o que pode representar uma grande vantagem competitiva para o desenvolvimento econômico e social da Região. O Brasil pode ser descrito como um cenário clássico do fenômeno da transição demográfica e apresenta um comportamento semelhante à média da América Latina. O Gráfico 1 mostra o processo de transição demográfica no Brasil desde o primeiro censo ocorrido em 1872 até as projeções que chegam ao ano de 2050.

Gráfico 1: Transição demográfica no Brasil: 1872-2050



Fonte: De 1872 a 1940, Merrick e Graham (1981) e de 1950 em diante, ONU - <http://esa.un.org/unpp> - visitado em 4/12/2004. De 2010 a 2050 = projeções.

Nota-se que a Taxa Bruta de Mortalidade (TBM) era bastante alta e estava em torno de 30 óbitos para cada mil habitantes e pouco se alterou no final do século XIX e início do século seguinte. Somente após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e especialmente após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) ocorreu o declínio acentuado da TBM, que atingiu seus níveis mais baixos (em torno de 7 por mil) entre 1990 e 2010. A ligeira tendência de alta da taxa de mortalidade após 2010 não acontece em função de qualquer piora das condições de saúde, mas em decorrência do processo de envelhecimento da população.

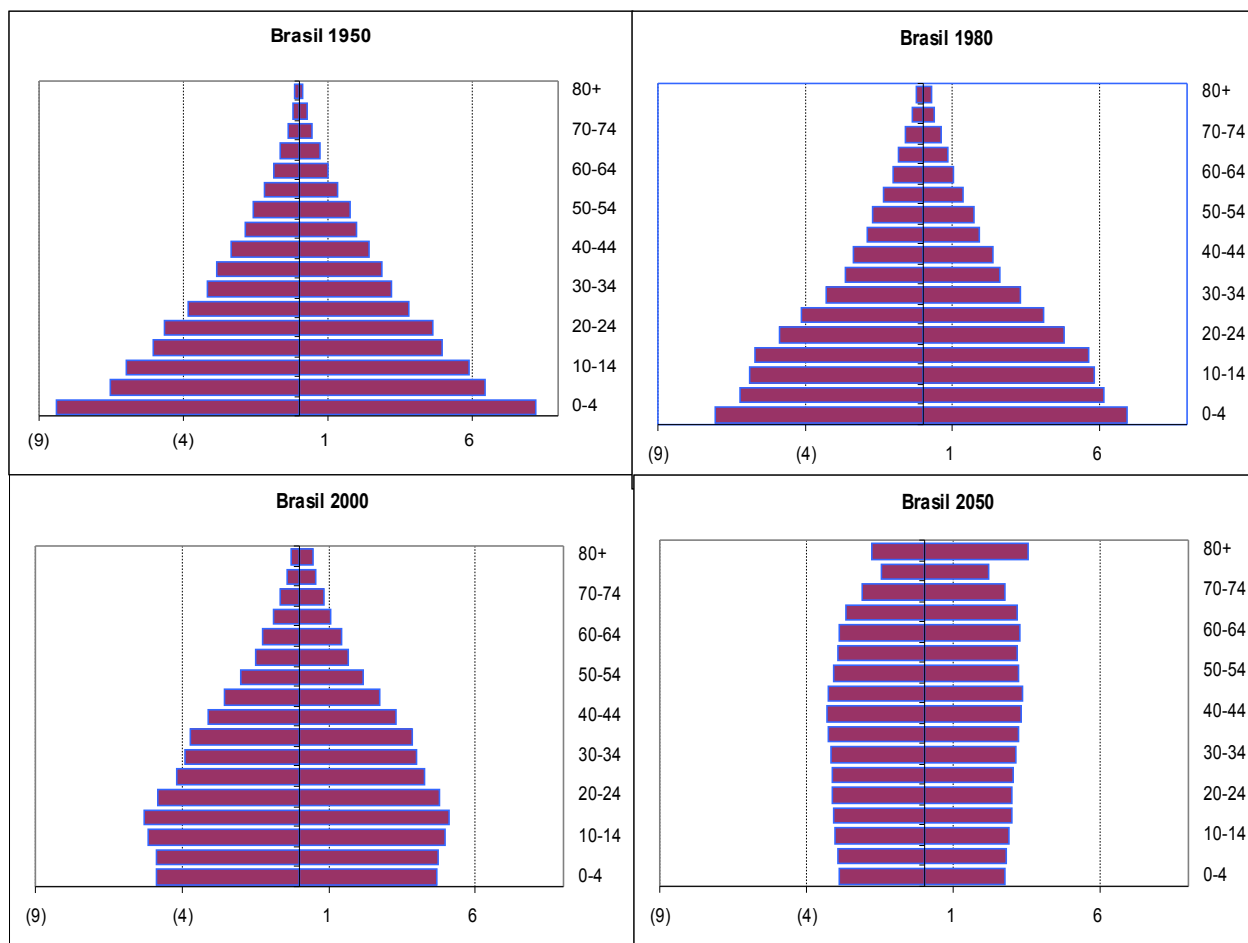
A contínua queda da TBM em um quadro de Taxas Brutas de Natalidade (TBN) elevadas e constantes, fez com que o crescimento vegetativo da população brasileira aumentasse e atingisse o seu pico nas décadas de 1950 e 1960, propiciando a propagação do medo da “explosão populacional”. Porém, diversas transformações econômicas, sociais e institucionais pelas quais vinha passando a sociedade brasileira fez com que houvesse uma difusão do interesse pela regulação da fecundidade e a adoção de um padrão de família menor. A TBN começou a cair na segunda metade dos anos de 1960 e matenve a trajetória de declínio nas décadas seguintes, devendo atingir o ponto de interseção exatamente na metade do século XXI, quando o Brasil apresentará taxa zero de crescimento populacional (ou até mesmo um ligeiro declínio).

A transição demográfica é fruto de diversos determinantes socioeconômicos e culturais que não podem ser resumidos em poucas linhas. Existe uma ampla literatura no Brasil que explica as causas da redução das taxas de mortalidade e fecundidade como fruto do processo de secularização e de transformações estruturais e institucionais ocorridas nos planos macro e micro e que afetaram as relações intergeracionais e de gênero (CARVALHO, PAIVA, SAWYER, 1981; MERRICK, BERQUÓ, 1983; FARIA, 1989; ALVES, 1994; MARTINE, 1996). Uns dos efeitos mais visíveis da transição demográfica ocorre com a aceleração e a posterior desaceleração do crescimento populacional. A população brasileira passou de algo em torno de 10 milhões em 1872 para 170 milhões no ano 2000, apresentando suas maiores taxas de crescimento em meados do século XX e deve se estabilizar, segundo as projeções da ONU, na casa de 250 milhões de habitantes por volta do ano 2050.

Contudo, o efeito que tem maiores implicações para as políticas sociais e econômicas é a mudança da estrutura etária da população. A pirâmide etária deixa de ser predominantemente jovem para iniciar um processo progressivo de envelhecimento. Isto ocorre fundamentalmente em decorrência do processo de queda das taxas de fecundidade que reduz o percentual da parcela de crianças e jovens da população. WONG e CARVALHO (2005) denominam este processo de transição etária estrutural (*Age Structural Transition – AST*), que provoca mudanças no tamanho das diversas coortes etárias e modifica o peso proporcional dos diversos grupos de idade no conjunto da população, conforme pode ser visto no Gráfico 2, que mostra as pirâmides etárias brasileiras.

Nota-se que a pirâmide de 1950 possuía uma base extremamente larga e um topo extremamente estreito. Trinta anos depois, a pirâmide de 1980 ainda apresentava uma forma clássica de pirâmide onde cada grupo etário mais velho era menor que o grupo etário anterior, embora a base da pirâmide tenha se reduzido, em termos percentuais, em relação àquela de 1950. A continuidade da queda das taxas de fecundidade fez com que a pirâmide etária do ano 2000 apresentasse os 3 grupos etários mais jovens com percentagens menores que o grupo de 15 a 19 anos. Ou seja, taxas menores de natalidade e mortalidade transformam a estrutura etária da população, diminuindo o peso de crianças e jovens e aumentando, em um primeiro instante o peso do grupo de adultos e, posteriormente, o peso dos idosos. Isto fica claro na forma da pirâmide de 2050, época em que a estrutura etária da população brasileira deverá ter a forma de um retângulo e a percentagem de idosos deverá ultrapassar a percentagem de crianças, em especial para o caso das mulheres.

Gráfico 2 - Pirâmides etárias brasileiras: 1950, 1980, 2000 e 2050



Fonte: ONU - <http://esa.un.org/unpp> (dados da revisão 2006 - visitado em 12/05/2008)

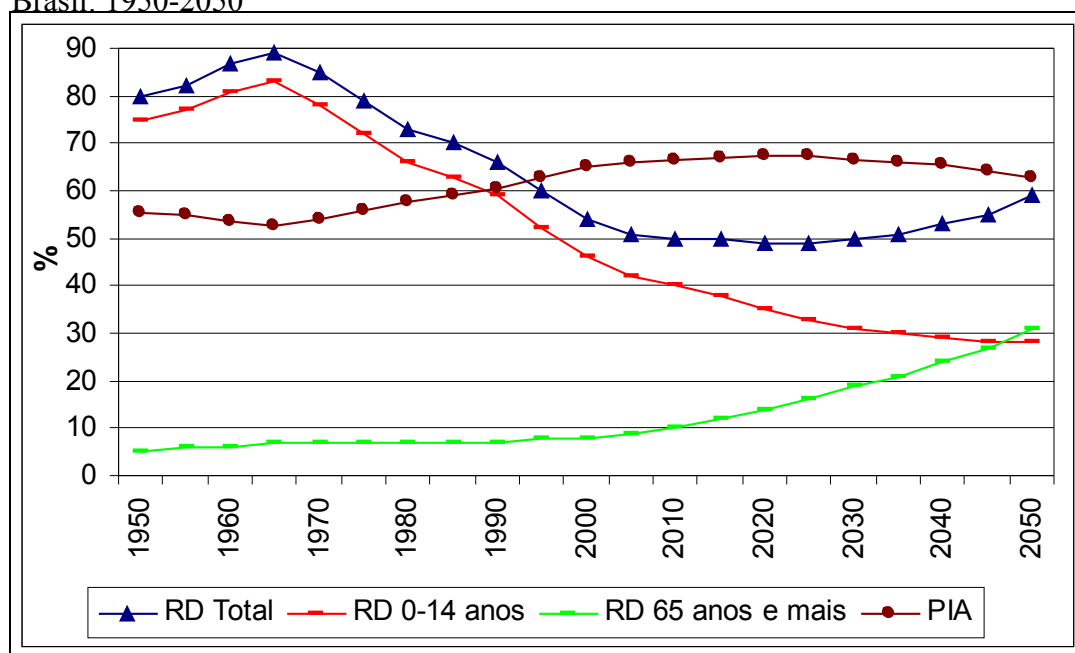
Essas mudanças na estrutura etária provocam alterações nas relações de dependência entre os três principais grupos etários. De maneira geral e para efeito das relações de dependência, a literatura define as crianças e adolescentes pela soma das coortes de 0 a 14 anos, os adultos como a soma das coortes de 15 a 64 anos e os idosos como as pessoas acima de 65 anos. De forma um tanto quanto arbitrária, o primeiro e terceiro grupos são definidos como população “dependente” e a população de adultos como população potencialmente produtiva ou População em Idade Ativa (PIA). Assim, a razão de dependência demográfica é definida como a soma da população de crianças/adolescentes (que estão nas creches e escolas) e idosos (geralmente aposentados) dividida pela população adulta (predominantemente no mercado de trabalho).

O Gráfico 3 mostra as Razões de Dependência (RD) demográficas e a PIA (em percentagens) para o Brasil no período de 1950 a 2050. Nota-se que nas décadas de 1950 e 1960 houve aumento da razão de dependência devido à queda da mortalidade infantil e ao aumento da percentagem de crianças sobreviventes, chegando a 90 dependentes para cada 100 pessoas em idade ativa. A partir de 1970 a RD começa a cair continuamente até chegar ao nível de 50 dependentes para cada 100 indivíduos em idade ativa no período de 2010 a 2030. A partir desta última data a RD começa a subir, mas sem voltar aos níveis pré transição da

fecundidade. Esta menor carga de dependência é denominada na literatura de Janela de Oportunidade ou Bônus Demográfico.

O principal componente da redução da carga de dependência foi a redução da RD do grupo de crianças/adolescentes que desde o ano de 1970 vem apresentando um declínio continuado em decorrência da queda da fecundidade. A redução foi tão significativa que contrabalançou o aumento da carga de dependência dos idosos. Somente a partir de 2030 é que a RD dos idosos passará a sobrepujar a queda da RD das crianças/adolescentes e fará a RD total aumentar. A partir deste instante a Janela de Oportunidade demográfica começará a se fechar, pois as vantagens do Bônus Demográfico começaram a diminuir, mas sem perder totalmente os seus benefícios.

Gráfico 3: Razão de dependência (RD) demográfica e População em Idade Ativa (PIA) Brasil: 1950-2050



Fonte: ONU - <http://esa.un.org/unpp> (dados da revisão 2006 - visitado em 11/06/2008)

Uma maneira de medir a extensão temporal da Janela de Oportunidade demográfica é comparar o percentual da População em Idade Ativa (PIA) com a Razão de Dependência (RD), conforme propôs Alves (2008). Neste caso, o começo e o fim do período do Bônus seria definido da seguinte forma: a) o Bônus começa quando a percentagem da população de 15-64 (PIA) é igual ou maior que a percentagem da Razão de Dependência (RD); b) o Bônus termina quando a percentagem da população de 15-64 (PIA) é igual ou menor do que a percentagem da Razão de Dependência (RD)

Considerando os dados apresentados no gráfico 3 podemos perceber que a Janela ou Bônus Demográfico no Brasil começou em 1995 e irá até 2055, perfazendo um período de 60 anos. A maior diferença entre o percentual da PIA e o percentual da RD seria de 18,2% entre 2020 e 2025, podendo esse ser considerado como o quinquênio de maior abertura da Janela de Oportunidade brasileira. Ou seja, a Janela de Oportunidade começará a se fechar a partir de 2025 até perder todas as vantagens a partir de 2055.

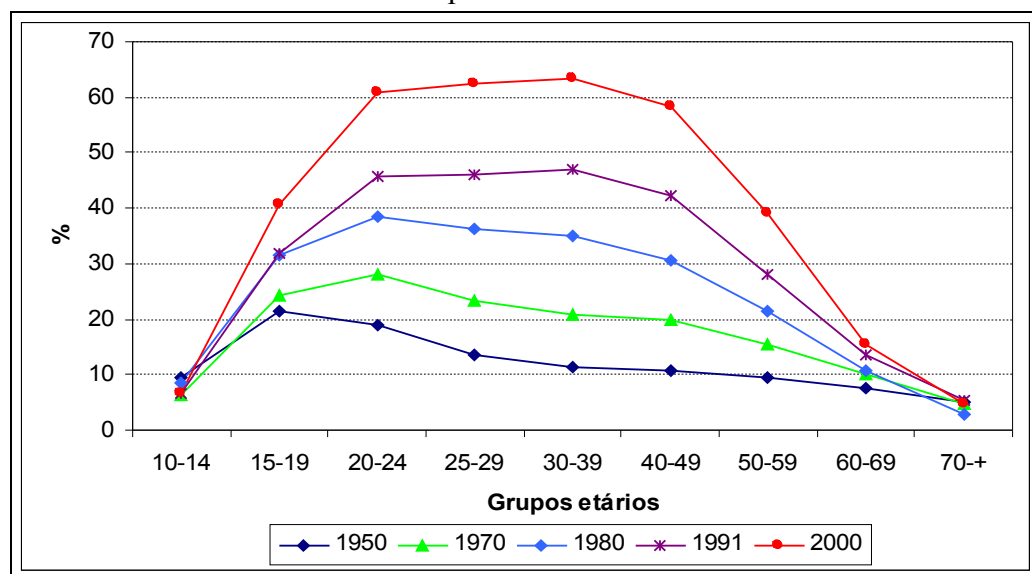
Uma relação favorável entre a PIA e a RD é básico para a identificação da Janela de Oportunidade demográfica. Contudo, dois outros fatores devem ser considerados. O primeiro diz respeito à própria composição etária da PIA, já que o processo de envelhecimento faz aumentar a proporção sênior (40-65 anos) em contraposição ao segmento júnior (15-40 anos) da PIA. Este fato é importante, pois é amplamente reconhecido que a taxa de ocupação e a produtividade do trabalho é maior no segmento mais experiente da força de trabalho do que no segmento júnior dos trabalhadores que ainda não incorporaram todos os investimentos em capital humano. Também em termos de capacidade de poupança e de contribuição fiscal o setor sênior da PIA tem mais chances de contribuir para a alavancagem do desenvolvimento econômico.

O outro fator que se soma à relação favorável entre PIA e RD é o aumento da taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho, pois não só há mais pessoas em idade economicamente ativa, mas o sexo feminino, que constitui mais da metade da população nesta faixa etária, passa a contribuir em maior proporção com o processo de desenvolvimento ao aumentar sua inserção nas atividades produtivas.

O gráfico 4 mostra as Taxas de Atividades Específicas (TAE) femininas na segunda metade do século XX. Nota-se que houve um crescimento significativo da inserção das mulheres no mercado de trabalho em todos os grupos etários, com exceção dos extremos, ou seja, as mulheres muito jovens (10-14 anos) e as mais idosas (70 anos e mais). Esta diminuição é positiva, pois com o processo de urbanização as jovens deixaram as atividades rurais e passaram a frequentar a escola e as mais idosas passaram a ser cobertas pela previdência social. Os dados do gráfico também permitem identificar que o maior crescimento da participação feminina na População Economicamente Ativa (PEA) se deu nas idades entre 20 e 50 anos, em especial nas faixas sênior que possuem menores taxas de desemprego e maior nível de produtividade. Desta forma, passa a existir uma conjugação favorável entre a PIA e a maior inserção produtiva das mulheres, em especial entre as mulheres que já entraram em algum tipo de união conjugal e que já tiveram filhos. As pesquisas demográficas mostram que, paralelamente à queda da fecundidade, aumenta o percentual de casais em que chefe e cônjuge trabalham e contribuem para o bem-estar familiar.



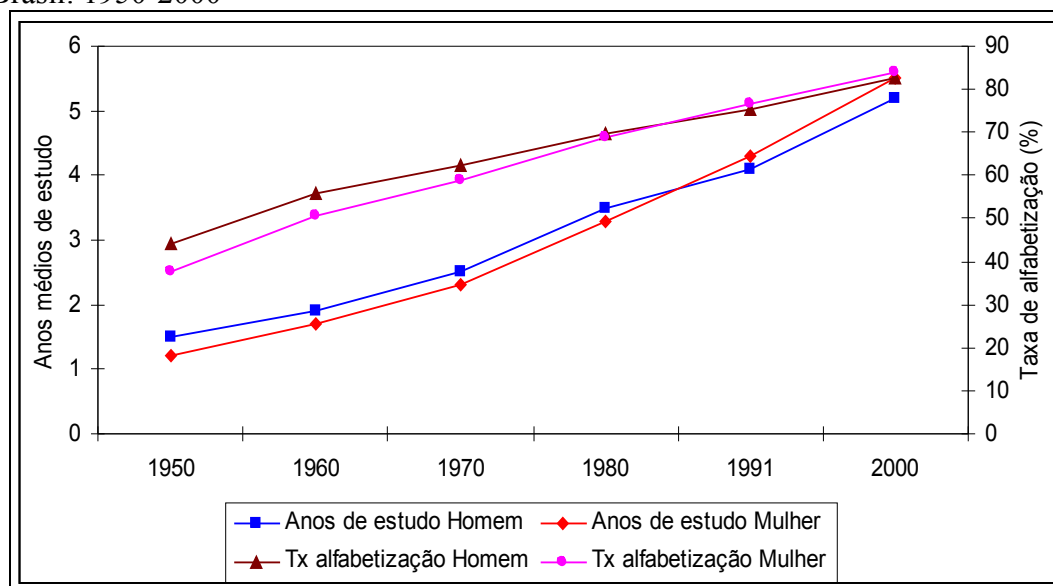
Gráfico 4: Taxas de Atividades Específicas femininas. Brasil: 1950-2000



Fonte: censos demográficos do IBGE

Todos os benefícios da Janela de Oportunidade demográfica seriam de pouca valia se não houvesse um aumento dos investimentos em educação e uma maior qualificação de homens e mulheres. Felizmente, as taxas de alfabetização e os anos médios de estudo da população brasileira aumentaram bastante na segunda metade do século XX, embora ainda estejam aquém do necessário e do que já foi alcançado por outros países com o mesmo nível de desenvolvimento do Brasil. Como mostra o gráfico 5, a taxa de alfabetização dos homens passou de 44,1% em 1950 para 82,6% no ano 2000, enquanto a das mulheres passou de 37,5% para 83,9% no mesmo período. Os anos médios de estudo dos homens passou de 1,5 ano em 1950 para 5,2 anos em 2000, enquanto as mulheres passaram de 1,2 ano para 5,5 anos de estudo no mesmo período. Em ambos os casos houve uma reversão do hiato de gênero, com as mulheres saindo de uma situação desfavorável para uma situação de avanço em relação aos homens (Beltrão e Alves, 2004). Portanto, não resta dúvida de que as mulheres se constituem na maior força propulsora do desenvolvimento no século XXI e encontram-se em uma situação mais qualificada em relação ao quadro existente no século passado.

Gráfico 5: Anos médios de estudo e Taxa de Alfabetização de homens e mulheres  
Brasil: 1950-2000



Fonte: censos demográficos do IBGE.

Uma população com maiores níveis de escolaridade e com igualdade de gênero no acesso à escola é condição indispensável para a construção de uma sociedade mais próspera e mais justa. Neste sentido, o Brasil avançou muito nas últimas décadas, mas ainda tem um longo caminho para trilhar. Um ponto a favor é a diminuição do ritmo de crescimento populacional e a nova estrutura etária que possibilitam um aumento do grau de cobertura escolar e o avanço dos níveis educacionais de homens e mulheres, elevando o grau de cidadania brasileira.

## Conclusões

A economia brasileira apresentou seu melhor desempenho histórico no período 1950-1980 quando as condições demográficas do país não eram as mais propícias para acelerar as taxas de crescimento. Nos anos de 1980 e 1990 a economia brasileira apresentou baixas taxas de crescimento e o país perdeu participação no cenário internacional, gerando pessimismo e dúvidas sobre a capacidade do Brasil retomar sua trajetória ascendente, reduzindo a exclusão social e avançando na conquista de melhorias na qualidade de vida.

Contudo, um certo otimismo voltou a permear a sociedade brasileira a partir de 2004 quando o crescimento da economia internacional abriu as chances para o Brasil voltar a apresentar boa performance econômica e social, com redução da pobreza e da concentração da renda. O ritmo ideal de crescimento econômico ainda não foi retomado, mas cresce a consciência de que o país não está condenado ao atraso.

Segundo Azariads (2004) a variável mais robusta para explicar o crescimento econômico é a Taxa de Investimento do Produto Interno Bruto (PIB) e entre os mecanismos que contribuem para a estagnação e a armadilha da pobreza (Poverty Traps) se pode listar: a) Governos cleptomaníacos; b) Alta mortalidade infantil e baixa esperança de vida; c) Alta fecundidade que canaliza parte da poupança nacional em termos agregados e dificulta a

mobilidade ascendente familiar; d) Distorções no setor de intermediação financeira; e) Baixa taxa de poupança interna; f) Baixa elasticidade de substituição técnica entre capital e trabalho; g) Baixa capacidade de desenvolvimento e pesquisa (P & D) e de acumulação de capital humano; h) Baixo deslocamento de velhas tecnologias para novas, em decorrência das complementariedades entre P & D e a educação – barreiras à adaptação tecnológica.

Pelo lado demográfico, nunca na história do Brasil as condições foram tão favoráveis para romper com o círculo vicioso da armadilha da pobreza. Na primeira metade do século XXI, o Brasil vai ter uma população crescendo a taxas cada vez menores, com aumento da proporção de pessoas em idade de trabalhar e menores razões de dependência, com maior inserção feminina no mercado de trabalho e com um número crescente de homens e mulheres com maior escolaridade e, portanto, maior potencial produtivo. A queda da mortalidade infantil e o aumento da esperança de vida significam anos de vida mais longo e que podem se transformar em capital humano a serviço da elevação do padrão de vida e de aumento do capital social. O Brasil tem todas as condições para entrar em um ciclo virtuoso e se aproximar dos países mais desenvolvidos.

A população urbana, que geralmente concentra as atividades mais produtivas, era de apenas 36,2% em 1950 e ultrapassou a casa dos 80% no ano 2000. Na segunda metade do século XX as condições de moradia urbanas melhoraram significativamente, pois cresceu o número de moradias próprias, diminuiu a quantidade de moradores por domicílio, e aumentou a quantidade de cômodos por habitante, cresceu o percentual de cobertura da rede de água e esgoto, houve quase uma universalização do acesso à luz elétrica e aumentou a disponibilidade de bens de consumo, especialmente fogão, rádio, televisão e geladeira. Embora as cidades convivem com favelas e violência é no meio urbano que se gestam as maiores soluções para a erradicação da pobreza. Sem dúvida o Brasil urbano apresenta melhores perspectivas em relação ao período em que prevaleciam comunidades rurais isoladas.

A economia brasileira viveu nos anos de 2007 e 2008 o seu melhor momento da nova década. Pela primeira vez, em muitos anos, o Brasil apresentou taxas de crescimento do PIB maior do que a média mundial (FMI, 2008). Para tanto, foi fundamental a elevação das taxas de investimentos e a formação bruta de capital. O quadro internacional, sem dúvida, ajudou muito.

Porém existem questionamentos se o país entrou em um ciclo de crescimento sustentado. A resposta para essa questão dependerá da gestão macroeconômica da política monetária, fiscal e desenvolvimentista. Se o Brasil ainda enfrenta dificuldades decorrentes dos 500 anos de “herança maldita”, por outro lado o país herdou uma situação inquestionavelmente favorável em termos demográficos. O quadro populacional do Brasil nas três primeiras décadas do século XXI favorece o crescimento econômico. É o chamado “Bônus demográfico” que representa uma “Janela de oportunidade” decorrente da mudança da estrutura etária da pirâmide populacional.

Assim como nos demais países do mundo, a transição demográfica só acontece uma vez e somente uma vez se abre a Janela de Oportunidade demográfica. A sociedade brasileira pode se beneficiar do inédito Bônus Demográfico se as políticas públicas forem capazes de

criar acesso universal à educação, à saúde e ao emprego, em um ambiente de segurança e cooperação, para que a produção e a produtividade do trabalho possam impulsionar o desenvolvimento e garantir uma sociedade com níveis elevados de bem-estar. O futuro se constrói no presente e a hora é agora para se aproveitar as excepcionais condições demográficas do país.

## Bibliografia

ALVES, J. E. D. *Transição da fecundidade e relações de gênero no Brasil*. 1994. 152f. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.

\_\_\_\_\_. O Bônus Demográfico e o Crescimento Econômico no Brasil, Aparte, IE/UFRJ, 2004. Disponível: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/usuarios/colunista.php?apelido=JEUSTAQUIO>

\_\_\_\_\_. Como medir o tempo de duração do bônus demográfico. São Paulo, Instituto Fernand Braudel, 2008. Disponível em: [www.braudel.org.br/eventos/seminarios/2008/0506/como\\_medir.pdf](http://www.braudel.org.br/eventos/seminarios/2008/0506/como_medir.pdf)

AZARIADIS, Costa, . The theory of poverty traps: What have we learned? In: BOWLES, Samuel. *Poverty Traps*. University of Wisconsin-Madison, Santa Fe Institute, 2004.

BELTRÃO, K.I., ALVES, J.E.D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. Anais do XIV Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais da ABEP, Caxambu, 2004.

CARVALHO, J.A.M.; PAIVA, P.T.A.; SAWYER, D.R. *A recente queda da fecundidade no Brasil: evidências e interpretação*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1981. (Monografia, 12).

CARVALHO, Jose Alberto M., WONG, Laura R. (1995). *A window of opportunity: some demographic and socioeconomic implications of the rapid fertility decline in Brazil*. Working paper. Cedeplar, UFMG, Belo Horizonte.

FARIA, V.E. Políticas de governo e regulação da fecundidade: conseqüências não antecipadas e efeitos perversos. In: CIÊNCIAS sociais hoje. São Paulo, ANPOCS, 1989.

FMI: WEO – World Economic Outlook, 2008, disponível em: <http://www.imf.org>

IBGE, *Censos demográficos*. Rio de Janeiro (vários anos).

MARTINE, George. *Brazil's Fertility Decline, 1965-95: A Fresh Look at Key Factors*" in *Population and Development Review*, 22(1), 1996: pp 47-75.

MERRICK, T.; BERQUÓ, E. *The determinants of Brazil's recent rapid decline in fertility*. Washington, National Academy, 1983.

MERRICK, T.; GRAHAM, D. *População e desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro : Zahar, 1981.

ONU. *World Population Prospect, 2006* <<http://esa.un.org/unpp/>>



WONG, L., CARVALHO, J. A. M. *Demographic bonuses and challenges of the age structural transition in Brazil*. Paper presented at the XXV IUSSP General Population Conference. Tours, France, 18-23 de julho de 2005.